

10-2012

O silêncio do subalterno em Menino de Engenho e Bangüê

Olimpia E. Rosenthal

Indiana University, orosenth@indiana.edu

Follow this and additional works at: <http://digitalcommons.conncoll.edu/teatro>

 Part of the [Spanish and Portuguese Language and Literature Commons](#), and the [Theatre and Performance Studies Commons](#)

Recommended Citation

Rosenthal, Olimpia E. (2012) "O silêncio do subalterno em Menino de Engenho e Bangüê," Teatro: Revista de Estudios Culturales / A Journal of Cultural Studies: Número 25, pp. 39-53.

This Article is brought to you for free and open access by Digital Commons @ Connecticut College. It has been accepted for inclusion in Teatro: Revista de Estudios Culturales / A Journal of Cultural Studies by an authorized administrator of Digital Commons @ Connecticut College. For more information, please contact bpancier@conncoll.edu.

The views expressed in this paper are solely those of the author.

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO EM *MENINO DE ENGENHO E BANGÜÊ*

Olimpia E. Rosenthal

Universidade de Arizona

RESUMEN

El presente artículo analiza la forma en que la voz del subalterno es silenciada en las novelas *Menino de Engenho* y *Bangüê*, ambas del escritor brasileño José Lins do Rego. Basándome en las teorías de Gayatri Chakravorty Spivak y Michel Foucault, examino las asimetrías entre poder y conocimiento que se evidencian en estos textos. Argumento que el tipo discurso que se construye en ambas novelas ejemplifica un patrón común de la literatura brasileña de comienzos del siglo XX, por medio del cual la representación de judíos, mujeres y afro-brasileños buscaba propagar ideologías de la clase dominante masculina de la época. Además de mostrar la manera en que la violencia epistémica es delineada en estos textos, mi análisis enfatiza también que existen fisuras textuales que nos permiten vislumbrar las exclusiones que ocurren en el proceso de reproducción simbólica de la realidad social.

PALABRAS CLAVE

Menino de Engenho, *Bangüê*, violencia epistémica, subalternidad, representación, discurso, género, raza.

Os romances *Menino de engenho* (1932) e *Bangüê* (1937) fazem parte da distinguida série de José Lins do Rego conhecida como o “Ciclo da Cana-de-Açúcar.” Em *Menino de engenho*, o narrador Carlos de Melo descreve sua infância no engenho de seu avô. A enunciação é feita desde o futuro e as lembranças plasmadas no texto revelam uma idealização romântica e nostálgica da vida no engenho. Em *Bangüê*, Carlos retorna ao engenho depois de morar fora por dez anos, e tenta –sem sucesso como o título sugere– estabelecer-se como senhor de engenho. Duas características diferenciam *Menino de engenho* e *Bangüê* dos outros romances do “Ciclo da Cana-

de-Açúcar”: ambos se desenrolam inteiramente no engenho de Santa Rosa, e os dois são narrados exclusivamente desde a perspectiva de Carlos de Melo. O presente artigo examina criticamente o tipo de discurso que se constrói nesses romances em torno destas duas características. Primeiro, tendo como premissa a percepção do texto como um artefato cultural, analiso os fatores que mediatizam a relação destes romances com seu contexto sócio-cultural. Segundo, baseando-me nas teorias de Gayatri Spivak e Michel Foucault, examino a forma em que os textos nos revelam as relações entre poder e conhecimento, argumentando que –num padrão não pouco comum na literatura brasileira– as classes dominantes são as que têm o poder de representar os Outros. No processo de representar um grupo ao qual o narrador não pertence, a voz de seus subalternos é silenciada.

I. O texto como artefato cultural

Segundo Abril Trigo, “a cultural text is always part of a wider and more complex symbolic system, a field of struggle for the symbolic reproduction of social reality that is ultimately elucidated at the political sphere” (4). Ao estudar *Menino de engenho* e *Bangüê* como textos culturais, vemos que existem vários níveis que determinam a forma em que a representação da realidade simbólica é disputada. Em um primeiro nível, podemos dizer que os fatos narrados estão imbuídos de elementos que revertem para o passado histórico e cultural brasileiro. Como muitos críticos já chamaram a atenção, há vários elementos biográficos na escrita de José Lins do Rego, e não se pode negar que as vivências pessoais do autor no Engenho Corredor, na Paraíba, lhe permitiram vivenciar algumas das mudanças socioeconômicas pelas que passou o Brasil à caminho da modernização. Estas experiências informam a representação que aparece nos romances do autor. Como disse Carlos Drummond de Andrade:

Seu caso pessoal se insere numa paisagem, numa cultura, numa fase econômica e política, que passam a viver em representação dramática a nossos olhos, despercebidos até então do caráter trágico do panorama Coube a José Lins nascer e passar a infância num período de crise, isto é, de romance em potencial, em que uma forma de viver se despedia de toda uma região. (7)

Agora bem, se por um lado os aspectos biográficos acrescentam o valor sócio-histórico desses textos como artefatos culturais, é importante assinalar que tanto *Menino de engenho* quanto *Bangüê* exemplificam os preceitos do movimento regionalista dos anos 30. Nesse sentido,

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO

devemos entendê-los como parte de uma campanha cultural com objetivos ideológicos bem definidos. Como coloca José Mauricio Gomes de Almeida, o Regionalismo no Brasil constituiu-se como parte de uma intensa série de operações de revalorização das tradições regionais, ameaçadas de desaparecimento em função das profundas alterações pelas quais o Nordeste vinha passando (161). O movimento surgiu numa época de transição socioeconômica em que a modernização industrial provocava várias mudanças nas estruturas de poder estabelecidas. A nova realidade das usinas surgia como uma empresa puramente capitalista que não tinha nenhum vínculo com a região. Segundo Almeida, os dois elementos básicos do regionalismo nordestino eram: “a consciência orgulhosa dos valores culturais da região, combinada a uma percepção aguda da ameaça de sua dissolução” (166). Ante esse cenário, vários intelectuais tentaram recuperar em suas obras o prestígio perdido através do poder da palavra escrita.

Em um segundo nível, percebemos que na negociação simbólica desse passado histórico brasileiro, os interesses e as necessidades do presente –ou seja, da época em que escreveu José Lins do Rego– entrelaçam-se com a narração ficcional do passado. Embora a narração tenha elementos biográficos, a representação da época continua sendo simbólica, e ambos os romances refletem um discurso memorialista que é midiaticizado pela nostalgia e idealização de um período anterior. É de sublinhar, ademais, que a revalorização das tradições regionais implica dar valor a sociedades que eram altamente hierárquicas na sua estrutura. A cultura do Nordeste que se desenvolveu por mais de três séculos em torno da cana de açúcar era patriarcal, baseada na monocultura, e dependente do trabalho do escravo. Como explica Roberto Reis, a estrutura da sociedade brasileira de então consistia em três classes sociais legadas pelo sistema colonial brasileiro: “senhores de terra no topo, escravos na base; no meio, indefinidos socialmente, os ‘homens livres’” (*A Permanência do Círculo* 24). Segundo Reis, no centro do poder estava o homem branco, ou seja, o senhor de engenho; na periferia estavam os dominados, isto é, o escravo, a mulher, o índio, o sertanejo, etc. (*A Permanência do Círculo* 44). A revalorização das tradições regionais que propõem romances regionalistas como *Menino de engenho* ou *Bangüê* implica dar valor a essa ordem hierárquica.

As mudanças sócio-históricas pelas que passou o Nordeste brasileiro se percebem facilmente quando nos detemos a pensar nas transformações que se anunciam em *Menino de engenho* e se concretizam em *Bangüê*. Em *Menino de engenho*, Carlos descreve a sua primeira impressão do engenho de seu avô: “Eu ia reparando em tudo, achando tudo novo e bonito Os

matos estavam todos verdes, e o caminho cheio de lama e de poças d'água. Pela estrada estreita por onde nós íamos, de vez em quando atravessava boi. O meu tio me dizia que tudo aquilo era do meu avô" (38). Na imagem romantizada do engenho, enfatizam-se a abundância da natureza e a fertilidade e riqueza das terras. Esse cenário ganha no colorido quando o narrador nos informa que chegou ao engenho montado em um cavalo que "um negrinho" lhe deu na estação de trem. Nessas primeiras linhas, é interessante observar a forma como o narrador inclui "o negrinho" como parte natural dessa imagem bucólica que se constrói, sem que haja nenhum tipo de questionamento sobre a hierarquia presente na enunciação. Essa passagem do romance exemplifica o tipo de nostalgia que carece de sentido crítico perante as relações de poder entre o senhor de engenho e a mão-de-obra negra, cujo trabalho –forçado ou remunerado – permitiu a manutenção do sistema agrário baseado na cana de açúcar.

Em contraste com esta primeira imagem do engenho, o final de *Bangüê* retrata a chegada da modernidade industrial: "Tio Juca parou no seu automóvel na porta do Santa Rosa para conversar comigo. Viera comprar o meu engenho. A família se unira para a fundação de uma usina" (209). Neste caso, a imagem bucólica do campo é substituída pela realidade da modernidade industrial. O automóvel do tio substitui a imagem do cavalo de Carlos da mesma maneira que o engenho vai ser substituído pelas maquinarias da usina. Ou seja, a passagem retrata a forma como a modernização vai mudando o cenário regional.

Na recuperação da cena senhorial nesses romances, o tema da escravidão é também aludido. Se bem a inclusão dessa temática representa uma mudança importante em contraste com a maioria dos romances da segunda metade do século dezenove em que a questão do escravo negro era simplesmente evadida, tanto em *Menino de engenho* quanto em *Bangüê* vemos que a abolição da escravidão é representada como um fato ou negativo, ou pouco significativo. No entanto, essa perspectiva é justificável dentro da dinâmica interna dos romances se pensarmos na posição socioeconômica do narrador. É dizer, como assinala Gilberto Freyre –uma das grandes figuras do Regionalismo e um íntimo amigo de José Lins do Rego– "Foi o Nordeste a parte do Brasil onde se fez sentir mais profundamente o golpe da Abolição contra a economia patriarcal-escravocrata e a ordem social, a cultural, a moral, a estética, que sobre ela se baseavam: houve senhores de engenho que se arruinaram de todo. Outros que desapareceram quase por completo ou se degradaram." (citado em Almeida 164). Em *Menino de engenho* vemos precisamente exemplificado esse sentimento de perda dos senhores de engenho. Falando das histórias que seu

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO

avô Zé Paulino costumava contar, o narrador Carlos indica que Paulino tinha dois grandes pontos de referência histórica: as duas epidemias de cólera que devastaram a região em 1848 e 1856 consecutivamente, e a abolição da escravidão em 1888. De acordo com o narrador, essas datas “Eram os sinistros marcos de suas referências. O seu grande motivo era, porém, a escravidão” (117). Fica bem entendido com esse comentário que a abolição da escravidão deu início, na mente de Zé Paulino, a uma nova era: um tempo bem mais complicado e incômodo para os donos dos engenhos. Além disso, é altamente significativo que a abolição seja equiparada com a doença do cólera, pois sugere que desde a perspectiva de Paulino o fim da escravidão representou isso: uma doença social.

Encontramos também outras referências ao passado da escravidão ao longo dos romances. Em alguns casos, lemos denúncias dos abusos cometidos em contra dos escravos, mas estes são geralmente deslocados para outros engenhos, não ocorrem no Santa Rosa. Este detalhe é notável já que isto impede a quebra da imagem bucólica e idealizada do engenho que os romances constroem. Carlos também idealiza a lealdade daqueles que continuaram trabalhando – praticamente como escravos– apesar de terem a “liberdade oficial.” Em *Bangüê*, por exemplo, encontramos a seguinte caracterização do Mestre Candido: “Fora escravo, e não deixara o ofício com a liberdade. Continuava com o Seu José, como chamava o meu avô, a fazer milagres com o mel, a pedir fogo para as suas tachas, a cozinhar assim até morrer” (10). Ao exaltar a lealdade dos trabalhadores que continuaram a serviço dos senhores de engenho, omite-se o fato de que muito pouco mudou na situação do trabalhador negro, já que as suas possibilidades de mobilidade social eram quase inexistentes. A citação acima também ilustra o que Reis chama de “servidão do amor,” um tropo comum na literatura brasileira do período que omite as tiranias dos dominantes para com os dominados, e assim desarticula qualquer possibilidade de crítica a uma estrutura de poder que mantinha os negros oprimidos. Esta técnica é perceptível em vários outros textos do período.ⁱ

Textos como *Menino de engenho* e *Bangüê* fazem parte de uma genealogia de narrativas que constroem uma imagem saudosa por um tempo e estilo de vida que historicamente estavam terminando. Nas imagens idealizadas que apresentam, no entanto, aparecem fissuras onde se podem entrever algumas das tensões que marcaram esse período. Como se discutirá a seguir, devemos procurar essas fissuras nos textos culturais e mostrar os elementos que são excluídos na disputa pela representação simbólica da realidade social.

II. O silêncio do subalterno

Os diferentes sistemas de representação –entre eles a narrativa– refletem e propagam posturas ideológicas específicas. Como explica James Kavanagh: “‘ideology’ designates that indispensable practice –including the ‘systems of representation’ that are its products and supports– through which individuals of different class, race, and sex are worked into a particular ‘lived relation’ to a sociohistorical project”(319). Isso significa dizer que os textos narrativos participam em um processo ideológico já que na sua representação simbólica da realidade propagam idéias particulares sobre questões como raça e gênero. No caso específico do Brasil, devemos lembrar que, na maioria dos textos dos séculos dezenove e princípios do vinte, o poder de representação ficou em mãos do que Roberto Reis chama de um “estreito círculo hierárquico” (*A Permanência do Círculo* 118). Isto é, um círculo composto de homens brancos de uma certa classe social.

Em *Menino de engenho* e *Bangüê* a realidade simbólica é reproduzida a partir da perspectiva do narrador: um homem branco com poder. Isto implica a criação de uma hierarquia na qual Carlos se encontra no centro do discurso e aparece como a norma, enquanto que os Outros são a diferença a ser explicada. Consequentemente, no processo de representação de gênero e raça pode-se perceber uma clara assimetria entre quem tem o poder de representar e o que se diz sobre os são representados. Existe nessa relação o que Gayatri Spivak chama “An asymmetry in the relationship between authority and explanation” (“Can the subaltern speak?” 77). Essa questão ganha um contorno mais significativo se considerarmos que, como Spivak coloca: “The structure or means of production of explanations is, of course, a very important part of the ideology of cultural explanations that cannot be clearly distinguished, in fact, from the explanations themselves” (“Explanation and Culture: Marginalia” 105). De fato, quando a figura dos Outros é representada nestes romances, o narrador tem a total liberdade para criar e caracterizá-los da maneira que ele quiser. No processo de representação dos Outros, a voz do que tem o poder de representar se apropria da voz do seu subalterno, silenciando-o.

O nosso conhecimento da realidade simbólica que José Lins de Rego quer representar em *Menino de engenho* e *Bangüê* está reduzido à perspectiva do narrador. A partir da posição do narrador no centro do discurso, as figuras dos Outros são apresentadas perante uma série de hierarquias. Nesse ensaio analiso três dessas hierarquias criadas nos romances: (1) cristão –

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO

judeu, (2) homem – mulher e (3) senhor – escravo.ⁱⁱ Segundo Michel Foucault, ao dividir tudo em oposições binárias se criam domínios radicalmente diferentes que permitem instituir o tipo de mecanismos e instituições de poder que estruturam as relações sociais (*History of Madness* 128). A análise das três hierarquias binárias presentes em *Menino de engenho* e *Bangüê* nos ajuda a compreender a forma como esses textos culturais transmitem e propagam uma ideologia hegemônica.

Para começar a análise da maneira como é representada –e conseqüentemente silenciada– a figura dos Outros em *Menino de engenho* e *Bangüê*, consideremos os seguintes exemplos. Em ambos os romances há uma sutil representação dos judeus que de tão mínima poderia até ser ignorada, mas cuja presença é um índice interessante. Em *Menino de engenho*, há um trecho em que Carlos de Melo menciona algumas de suas idéias sobre “a religião do engenho onde me criei” (71). Entre elas, o narrador menciona: “nós achávamos que Jesus Cristo devia ter liquidado todos os judeus e tomado conta de Jerusalém” (ibid). A idéia radical de que “todos os judeus deveriam ser liquidados” é justificada na mente do menino pelo desejo de uniformidade ético-religiosa da sociedade. Desde seu posicionamento ideológico tudo é dividido em binários, e o oposto do que é estabelecido como a norma, requer controle. Nesse caso, o controle vem na forma de liquidação dos judeus. Esta citação evidencia o que Foucault denomina “a dualistic pathology” em que o pensamento binário possibilita a criação de mecanismos e instituições de poder que podem conduzir à violação da liberdade social. Em *Bangüê*, para citar outro exemplo, a descrição de alegria de Carlos quando a herança do avô o converte em um senhor de engenho ocorre nos seguintes termos: “parecia um judeu contando o dinheiro” (124). O exemplo nos permite perceber a caracterização negativa e estereotipada dos judeus. Além das idéias negativas que são perpetuadas pelas diferenças ideológicas entre as duas religiões, o texto recupera o velho estereótipo do judeu como avaro e que só se interessa em “contar seu dinheiro.” Nenhum dos comentários analisados é central ao argumento dos romances, mas é muito significativa sua inclusão porque legitima um tipo de discurso anti-semita presente nessa época.

Em *História Secreta do Brasil*, Gustavo Barroso reconta a história dos judeus no Brasil desde o momento da conquista portuguesa. Seu estudo é relevante em nossa análise porque nos permite entender a tensa relação que os romances assinalam entre o senhor de engenho e o judeu. Como se sabe, a monocultura latifundiária dependia do trabalho de uma enorme quantidade de escravos. Barroso explica que uns dos primeiros impulsionadores do tráfico negreiro foram os

judeus, e isso fez com que muitos senhores de engenho ficassem endividados com os judeus que eram acusados de usura (48). Além disso, Barroso argumenta que os judeus tinham influência sobre outros setores como a medicina, já que os médicos eram “na quase totalidade hebreus” (49). Barroso argumenta que a influência do judeu “contrastava até a dos capelães, curas e confessores” (ibid). O conhecimento desses fatos históricos nos permite entender melhor a origem e a persistência de alguns dos estereótipos e caracterizações negativas existentes sobre os judeus, e esta informação nos permite contextualizar a relevância da representação dos mesmos nos romances de José Lins do Rego. A caracterização estereotipada forma parte de um discurso sócio-cultural que é reativado nos romances. É importante, porém, desconstruir a forma em que estes velhos preconceitos são apropriados pela ideologia dominante. A análise das outras duas hierarquias criadas nos romances nos permitirá aprofundar nesta questão.

Na representação das mulheres há um padrão em que elas –principalmente as mulheres brancas– são caracterizadas como débeis e indefesas perante a força dos homens. As mulheres da família são delineadas a partir de uma lógica falocêntrica que define o espaço que devem ocupar e as funções que devem exercer. Em uma das únicas caracterizações que temos de sua mãe, Carlos de Melo adota uma perspectiva falocêntrica e exclui por completo o ponto de vista da mulher. Nas memórias traumáticas do assassinato de sua mãe por seu pai, o narrador nunca questiona a violência masculina. O que fica plasmado no texto é a passividade feminina. O narrador informa: “eu a via chorar e pronta a esquecer todas as intemperanças verbais do seu marido.... O seu destino fora cruel: morrer como morreu, vítima de um excesso de cólera do homem que tanto amara” (*Menino de engenho* 36). Nessa descrição o narrador faz três suposições sobre a mãe que evidenciam a falta de perspectiva da mulher. Primeiro, a mulher é estereotipicamente representada como um ser volátil: a mãe chorava por causa dos insultos, mas depois esquecia tudo. No comentário não existe nenhuma tentativa de penetrar no âmago dessa mulher, outorgando-lhe simbolicamente o direito de expressar a sua perspectiva. Segundo, a citação parece indicar que a mãe morreu por causa do destino, e esta noção determinista permite diminuir, ou até absolver, a culpa do pai. Por último, o narrador conjectura que a fiel e submissa mulher continuou sempre amando o marido, apesar dos abusos. Na representação da mãe, vemos que o narrador constrói a personagem ativando uma série de estereótipos sobre a maneira como a mulher devia atuar numa sociedade patriarcal. A perspectiva de mulher nesse texto, como em

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO

incontáveis outros, tem sido totalmente apagada. Como veremos depois, isto constitui um tipo de violência epistêmica.

O tema da violência contra a mulher retorna quando o narrador relata a história de Judite, a esposa do professor de Carlos, que apanha do marido. Nesse caso, o narrador menciona que sente pena do sofrimento de Judite, mas ele não atua para impedir a violência masculina contra a mulher. Quando ele escuta os gritos de Judite, ele diz: “Tive mesmo ímpeto de correr para a rua e chamar o povo para acudi-la. Mas fiquei quieto na cadeira” (*Menino de engenho* 62). Nessa citação se evidencia a cumplicidade de Carlos de Melo com o sistema patriarcal: ele percebe os abusos, mas não atua no sentido de contestar ou denunciar a ordem patriarcal estabelecida. À medida que os romances avançam, esta incapacidade de enfrentar as estruturas de poder se converte num padrão recorrente no narrador. Como ele próprio admite: “Em tudo me revelava com esta deplorável fraqueza de caráter. Em tudo. No trato com os inferiores, com os iguais, com os mais fortes, com os homens e as mulheres” (*Bangüê* 189). Assim, mesmo nos casos em que Carlos percebe as injustiças, a mentalidade dele é apresentada como imutável.

Outro exemplo em que a ideologia sexista é óbvia na narração de Carlos se faz presente na representação da personagem de Maria Alice em *Bangüê*. Marie Alice é uma mulher casada que chega ao engenho para cuidar do avô e com quem Carlos teve uma breve relação amorosa. No começo, a curiosidade intelectual da personagem é recebida com desdenho pelo narrador. Quando ela pede um livro a Carlos, ele comenta: “não tinha um só que fosse leitura de moça, história fácil de amor” (53). Os preconceitos do narrador sobre a inteligência das mulheres, porém, mudam à medida que a sua relação com Maria Alice se aprofunda. Mais adiante, Maria Alice é representada como uma mulher inteligente e culta que, em várias ocasiões, intimida Carlos com seu intelecto. Maria Alice também incita Carlos a questionar a exploração dos trabalhadores do engenho e a escrever sobre eles. Ela diz: “Por que o Doutor não escreve um livro sobre essa gente? Em vez de exaltar a vida dos donos, o Doutor podia se interessar pelos pequenos” (60). Os diálogos em que Maria Alice participa parecem oferecer uma voz divergente à de Carlos. Nessa passagem, por exemplo, ela introduz o tema da exploração do subalterno pelas estruturas de poder. No entanto, no final é o narrador quem tem o poder de representar, e ao fazê-lo, a imagem de Maria Alice sempre volta à caracterização típica da mulher no discurso patriarcal, e sua voz é silenciada. Na cena em que Maria Alice incentiva Carlos a escrever sobre os trabalhadores, o narrador diz: “Ia ouvindo, concordando com tudo que dissesse. Era um

submisso àquela mulher que só me queria para conversas. Eu porém ‘*a queria para outras coisas*’ ”(60; ênfase minha). A voz aparentemente independente de Maria Alice fica moldurada pela narrativa de Carlos já que ele admite que, quando ela falava, ele pensava em “outras coisas.” Em outras palavras, a observação final indica que a inserção da perspectiva de Maria Alice é possibilitada pelo interesse sexual do narrador, o qual solapa a idéia de que o discurso intelectual da mulher é relevante no texto.

A ideologia patriarcal do narrador fica clara quando Maria Alice é descrita como um objeto a ser possuído e para dar prazer sexual. A coisificação da mulher é evidente quando ele coloca: “As carnes de Maria Alice me alimentavam bem” (*Bangüê* 80). Nessa citação Maria Alice é reduzida a uma imagem de carne fetichizada. Mais tarde, quando Maria Alice decide voltar para com seu marido, a descrição dela se torna completamente negativa: “Maria Alice era uma miserável. Tudo aquilo hipocrisia, fogo de fêmea safada.... Que mulher ordinária! ... Mulher desgraçada! ... Ela só queria um macho em cima. Mulher só sabia fazer isto mesmo: abrir as pernas” (87, 88, 92, 144). O discurso animaliza a mulher, reduzindo-a a uma função sexual.ⁱⁱⁱ Esses exemplos acima evidenciam o argumento de Spivak sobre violência epistêmica, uma idéia intimamente ligada com a noção de Foucault sobre a relação entre poder e conhecimento.^{iv} Com a noção de violência epistêmica, Spivak critica o fato de que as explicações culturais oferecidas por discursos epistêmicos hegemônicos apagam a perspectiva da margem. Nas suas palavras, os discursos periféricos ficam “marked out by this epistemic violence” (“Can the subaltern speak?” 78). A violência epistêmica é parte do processo de propagação do conhecimento e das ideologias que um grupo quer fomentar. No caso dos exemplos acima, Carlos de Melo tem a autoridade porque ele tem o poder simbólico de representar. Em seu discurso autorizado, a representação textual de Maria Alice é relegada à margem. A sua representação é condicionada pela relação com o narrador e pelas diversas idéias que ele tem dela. Ela participa simbolicamente no texto por meio dos diálogos, mas no final a sua voz sempre fica textualmente moldurada pelo discurso masculino. A violência epistêmica muitas vezes não é percebida em discursos que se querem revestir com uma capa de naturalidade como é o caso do patriarcalismo. É necessário, como Spivak indica: “an account of how an explanation and narrative of reality was established as the normative one” (“Can the subaltern speak?” 76). A crítica a discursos sexistas como os de *Menino de engenho* e *Bangüê* é um primeiro passo nessa direção.

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO

Finalmente, a relação social entre Carlos de Melo e os escravos do engenho também está marcada por uma hierarquia. Através da análise da dicotomia criada entre senhor-escravo percebemos –além da ideologia anti-semita e exista no discurso– as noções de supremacia racial do narrador. A narração de Carlos de Melo nos permite ver que, desde menino, ele interiorizou os sistemas hierárquicos da sociedade: “Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivesse dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos” (*Menino de engenho* 116). Ao igualar os escravos do engenho aos animais, fica evidente a maneira em que a ideologia dominante naturaliza a figura do Outro dentro de relações sociais hierarquizadas. Esta questão é significativa porque, como adverte Kavanagh: “[ideology] encourages men and women to ‘see’ their specific place in a historically peculiar social formation as inevitable, natural, a necessary function of the ‘real’ itself” (310). Este tipo de discurso reforça idéias de superioridade racial branca, já que como o narrador coloca com toda naturalidade: “porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles” (*Menino de engenho* 116). Ao longo do romance, no entanto, existem alguns momentos em que o narrador incorpora a questão da subalternidade dos Outros, mas sempre, no final, Carlos de Melo volta para a idealização do passado patriarcal dos engenhos. Ao fazer isto, ele neutraliza qualquer tipo de crítica que pudesse ser feita ao antigo sistema opressor. Ademais, se nos aprofundarmos na análise do discurso criado em torno à hierarquia senhor-escravo, podemos também distinguir algumas das tecnologias de poder utilizadas pelo narrador para legitimar sua posição privilegiada no espaço da fazenda e da família.

Imitando o comportamento viril do seu avô, Carlos de Melo começou a ter relações sexuais com diferentes escravas do engenho desde os doze anos de idade. Esse tipo de relação é comum em ambos os romances e, em geral, caracteriza-se pela facilidade com que o narrador tem acesso às mulheres: “uma negra chegou me chamando para o almoço. Tive vontade nela, mas dominei-me” (*Bangüê* 143). O anonimato delas aponta ademais para o papel secundário que ocupam, uma vez que elas são facilmente substituíveis. Aos olhos do narrador, as negras do engenho são sua propriedade, ou mais especificamente, são objetos sexuais dos quais pode se servir quando quiser. Nas interações sexuais com estas mulheres, estas são caracterizadas através de passagens como a seguinte: “A negra Luísa fizera-se comparsa das minhas depravações ... ela seria uma espécie de anjo mau da minha infância ... arrastava-me a coisas ignóbeis ... mulata

incendiada de luxuria ... sujando minha castidade de criança com seus arrebatamentos de besta. A sombra negra do pecado ... Era o vício absorvente o meu pegadio com a negra Luísa. O sexo impunha-me essa escravidão abominável.” (*Menino de engenho* 129-31). A descrição negativa do sexo reflete os valores morais cristãos do narrador. O que é muito significativo é que estas características negativas que se prescrevem a essa relação sexual são projetadas para a escrava, o que faz com que a mulher seja assim objetificada e abjetificada. A caracterização que temos da escrava é de uma mulher hipersexual que é descrita como um “anjo mau,” uma “besta” e uma “sombra negra do pecado.” Esta descrição reflete um posicionamento sexista e racista em que a sexualidade da mulher é construída como um perigo para os homens: é um “vício absorvente,” uma “escravidão abominável.” Na citação acima, o fato de Carlos ser só uma criança, que foi “corrompida pelo sexo,” incita ao escrutínio sobre o corpo físico da mulher e a necessidade de controle sobre a sua sexualidade.

A inserção do corpo físico da mulher no discurso narrativo nos faz pensar na tese de Foucault sobre biopoder. Em *The History of Sexuality*, Foucault explica que: “bio-power [is used] to designate what brought life and its mechanisms into the realm of explicit calculations and made knowledge-power an agent of transformation of human life” (143). Foucault discute a forma em que esse conhecimento permitiu a institucionalização e sistematização de discursos e mecanismos criados para o controle. Desde a perspectiva de Carlos, nosso conhecimento sobre as escravas está reduzido a uma visão negativa sobre a sua sexualidade. O enfoque está nos seus corpos e —se consideramos que Carlos de Melo indica que pouco depois de começar suas relações precoces com as escravas elas lhe transmitiram doenças sexuais— a sua abjetificação permite incluir no discurso a idéia da saúde pública, provendo assim o raciocínio necessário para justificar a transformação dos corpos das escravas. Percebemos, então, que no discurso criado pelo narrador a escrava não é só silenciada, mas seu corpo é confiscado para ser controlado.

Para concluir a análise do discurso criado em torno da hierarquia entre senhor – escravo é preciso considerar o aspecto oposto à abjetificação da escrava: a representação do escravo como herói. Nicolau aparece nos últimos capítulos de *Bangüê* e é apresentado com um trabalhador fiel que nunca deixou de lutar pelos interesses de Carlos de Melo. Nicolau é caracterizado com um administrador severo que cobrava os impostos dos trabalhadores com uma “ferocidade fiscal.” Como o narrador explica: “Os homens saíam do engenho irritados com a cabeça dura do meu feitor. Choravam nos pés dêle para ver se lhe arrancavam uma diminuição de impôsto, mas não

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO

arranjavam nada. O senhor de engenho, na rêde, fora das competições, deixava que o seu negro resistisse às solicitações e aos pedidos”(*Bangüê* 196). Num sentido, Nicolau é a figura de autoridade que Carlos nunca conseguiu ser, mas da qual depende para dar continuidade à ordem senhorial. Quando o povo das Figueiras se rebela –achando erradamente que com a saída de Carlos as terras seriam distribuídas– “Nicolau fôra às Figueiras soltar a sua raiva” (201). Nesse conflito, Nicolau é morto. Após vender o engenho e sair do Santa Rosa, Carlos resgata a imagem de seu leal trabalhador Nicolau e o constrói como um herói. Já no trem, quando Carlos decide afastar-se do engenho, deixando tudo por trás, ao lembrar-se de Nicolau decide levantar um túmulo para seu fiel trabalhador. A última frase do romance é: “um túmulo bonito para Nicolau” (211). A importância de analisar criticamente a construção de Nicolau como um herói radica em dois pontos. Primeiro, Nicolau é admirado pelo narrador por sua força viril, sua dureza de caráter e por saber como manter a ordem apesar das reclamações dos trabalhadores. Nesse sentido, o narrador equipara Nicolau com a figura, sempre idealizada, do seu avô José Paulino. Assim, a representação de Nicolau como herói evoca novamente a nostalgia pelo sistema senhorial de outros tempos, embora exista uma quebra na estrutura hierárquica dada a fraqueza de Carlos. Segundo, o fato de Nicolau ser morto pelas mãos dos únicos trabalhadores que são representados como insatisfeitos com as estruturas de poder indica a predileção pelo “bom e fiel” trabalhador. Isto é, podemos perceber a forma em que a violência epistêmica apaga a perspectiva dos trabalhadores que aspiravam melhores condições. No fim, Nicolau torna-se um herói por seu servilismo e sua lealdade ao sistema hierárquico dos engenhos. Se levarmos em conta a discussão de Spivak sobre “the token subaltern,” podemos melhor interpretar a figura de Nicolau. Segundo Spivak “the token subaltern” é uma figura controlável que é utilizada para servir de modelo da boa atitude do subalterno (“Explanation and Culture: Marginalia” 107). Nesse caso Nicolau se transmuta na figura do herói porque tem o comportamento que se adéqua à estrutura de poder que regula a relação entre o senhor do engenho e o trabalhador.

Como se pode perceber pela discussão acima, um texto sempre continua a significar apesar de seus autores. Como coloca Pierre Machery : “what is important in a work is what *it does not say* [...] a method might be built on it, with the task of measuring silences, whether acknowledged or unacknowledged” (citado em Spivak “Can the subaltern speak?” 81; ênfases minhas). Minha intenção com este trabalho foi precisamente indagar sobre o silêncio do subalterno, procurando as fissuras no discurso que nos permitem desvendar a forma como se

OLIMPIA E. ROSENTHAL

estruturam as relações de poder em uma sociedade. *Menino de engenho* e *Bangüê* ilustram uma forma de escrita típica de uma geração saudosa por um tempo e estilo de vida que historicamente estavam terminando. Os binarismos que estruturam estas narrativas, porém, reconstroem a realidade simbólica a partir de relações de poder hierárquicas que remetem para uma imagem simplista e essencializadora da sociedade. Assim também vemos como a falta de perspectivas alternativas à voz do narrador mantém em silêncio a voz do subalterno. Só um discurso crítico pode revelar esses espaços subalternos que são apagados pelas explicações hegemônicas.

Referencias bibliográficas

- Almeida, José Mauricio Gomes de. "O regionalismo nordestino de 30." *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. 161-180. PRINT.
- Andrade, Carlos Drummond de. "Introdução." *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. p. 17-18. PRINT.
- Barroso, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. PRINT.
- Foucault, Michel. *History of Madness*. New York: Routledge, 2006. PRINT.
- _____. *The History of Sexuality. Vol. I. An Introduction*. Trans. Robert Hurley. New York: Vintage Books, 1990.
- Kavanagh, James H. "Ideology." Lentricchia, Frank e Thomas McLaughlin (eds.). *Critical Terms for Literary Study*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. 306-320. PRINT.
- Rego, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007. PRINT
- _____. *Bangüê*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966. PRINT.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?" Williams, Patrick e Laura Chrisman (eds.) *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. New York: Columbia University Press, 1994. 66-111. PRINT.

O SILÊNCIO DO SUBALTERNO

____. "Explanation and Culture: Marginalia." *In other worlds: essays in cultural politics*. New York : Routledge, 1987. 103-117. PRINT.

Reis, Roberto. *A Permanência do Círculo*. Niterói: EDUFF, 1987. PRINT.

____. "Por uma critica mestiça." *Rocky Mountain Review of Language and Literature*. V. 37, n.4, 1983. 183-194. PRINT.

Trigo, Abril. "Introduction." *The Latin American Cultural Studies Reader*. Durham: Duke University Press, 2004. 1-14. PRINT.

ⁱ Em "Massangana" de Joaquim Nabuco, por exemplo, o texto constrói uma visão romantizada da escravidão, como se pode perceber no seguinte trecho: "Eles haviam amado e *livremente* servido ... A gratidão estava ao lado de quem dava, eles morreram acreditando-se os devedores ... Seu carinho não teria deixado germinar a mais leve suspeita de que o senhor pudesse ter uma obrigação para com eles, que lhe pertenciam. Deus conservara ali o coração do escravo, como o do *animal fiel*, longe do contato com tudo que o pudesse revoltar contra a sua dedicação" (251-52; ênfase minha). A imagem romantizada da escravidão que estas linhas apresentam reitera a idéia de que os escravos trabalhavam para seus donos por amor e gratidão. Implicitamente, a figura do senhor de engenho é construída como a do "bom escravocrata." Depara-se também com a animalização do escravo, que é apresentado como fiel e submisso. No final do texto, Nabuco exalta a figura dos escravos descrevendo-os como "santos pretos" e uma "raça generosa" (252). O problemático é que Nabuco nunca menciona as condições deploráveis às quais eram submetidos os escravos. O que fica plasmado no texto é a submissão e lealdade com que eles serviram o senhor "amado."

ⁱⁱ Ao longo do ensaio utilizo a palavra "escravo" embora o período de tempo abrangido nos romances inclui tanto o período escravocrata vivenciado pelo avô de Carlos quanto o período da pós-abolição. No período da pós-abolição, porém, a situação socioeconômica do trabalhador negro aparece nos romances com poucas mudanças, o que justifica o uso dessa terminologia.

ⁱⁱⁱ É relevante a idéia da animalização da mulher já que em *Menino de engenho* o narrador descreve uma experiência sexual na que seu primo participa num ato de bestialidade: "vi o primo Silvino trepado na cerca, procurando pôr-se por cima de uma vaca mansinha" (65). Tanto no caso da mulher quanto no caso da vaca estes são reduzidos a um objeto sexual disponível para os homens do engenho.

^{iv} Uma das diferenças entre Spivak e Foucault é que ela questiona as idéias de Foucault sobre a possibilidade dos oprimidos de entender e poder falar sobre a sua condição. Além disso, segundo Spivak: "Foucault locates epistemic violence, a complete overhaul of the episteme, in the redefinition of sanity at the end of the European eighteenth century. But what if that particular redefinition was only a part of the narrative of history in Europe as well as in the colonies?" ("Can the subaltern speak?" 76).